

Juro simbólico pode ser pago

Mas só se País obtiver recursos e negociação for mantida

Rio— O Governo brasileiro não exclui a possibilidade de efetuar um pagamento simbólico de parte dos juros da dívida externa aos credores até o dia 25 de outubro. Mas só fará esse pagamento se dispuser de recursos e se estiverem em andamento negociações com os bancos. A informação foi prestada ontem pelo ministro da Fazenda, Bresser Pereira.

A dívida externa, segundo ele, é outro assunto normalmente tratado com "um nervosismo injustificado": "Está certo que nossa dívida é quatro vezes maior do que as nossas exportações, mas, no curto prazo, não há razões para nervosismo: as reservas aumentaram, o pagamento dos juros continua suspenso, não há qualquer indica-

ção de retaliação por parte dos bancos credores, não estamos pressionados e pretendemos estar negociando o assunto em setembro", afirmou. O Brasil irá ao FMI somente depois de ter feito acordo com os bancos comerciais, disse o ministro, lembrando que as negociações do México, Argentina e Filipinas com o FMI deixaram os três países insatisfeitos, como ele pôde constatar em conversa com os presidentes dos dois primeiros e na leitura de discursos de autoridades do terceiro.

A respeito das declarações de Delfim Netto, de que só falta ficar definida a autoridade pública que se responsabilizará perante a opinião pública pela decisão do País recorrer ao

FMI, Bresser disse que o ex-ministro não deveria insistir no assunto, depois de "ter levado o Brasil a uma das maiores recessões da história, com seis cartas de intenção não cumpridas perante o Fundo".

Respondendo aos empresários que reivindicam uma aceleração no processo de flexibilização dos preços, Bresser Pereira explicou que o Governo não poderá fazer ajustes violentos de preços, sob pena de cometer os mesmos erros do Plano Cruzado I. "Estamos com a flexibilização rápida, mas gradual e os empresários precisam ter o sentido de responsabilidade nacional para entender isso. É possível que sacrifícios sejam feitos e não somente por parte dos trabalhadores", afirmou ele.